

“Satanás não prega mais quaresma no Brasil”: o apoio de setores civis à ditadura civil-militar de 1964-1985 em Ilhéus: notas de uma pesquisa

LUIZ HENRIQUE DOS SANTOS BLUME¹

"A ditadura não passou por aqui".

Podemos afirmar que existe na região sul da Bahia, em especial no trecho Ilhéus-Itabuna um mito de que não houve resistência ou que a ação da ditadura civil-militar não foi significativa. Trata-se de entender que memórias hegemônicas consolidaram um mito da passividade dos trabalhadores da região, empenhados que estavam no progresso da lavoura cacaueteira. Esta aceção foi verbalizada numa reunião pública do movimento Ação Ilhéus, em abril de 2012, e apesar da contradição histórica, temos escutado os mesmos argumentos em algumas situações envolvendo estudantes universitários que posteriormente, tornaram-se professores da UESC e alguns moradores da cidade de Ilhéus que vivenciaram o período da ditadura.

A partir das iniciativas do ANDES-SN para que as Seções Sindicais constituíssem Grupos de Trabalho para tratar das consequências das ações da ditadura civil-militar nas universidades, bem como as permanências de aparelhos repressivos e as memórias dos estudantes, professores e servidores técnico-administrativos, participei da iniciativa de construir um GT – Grupo de Trabalho da Comissão da Memória e da Verdade na ADUSC – Seção Sindical do ANDES, sindicato dos professoras da UESC, para buscar evidências da presença da ditadura civil-militar na constituição das Faculdades de Filosofia de Itabuna, Faculdade de Economia de Itabuna, Faculdade de Direito e Faculdade de Sociologia e Política de Ilhéus.

A UESC originou-se da junção de faculdades isoladas em Ilhéus e Itabuna. A constituição da FUSC - Fundação Universidade de Santa Cruz (1974-1983), como entidade de direito privado, se efetivou através de escritura pública, em 11 de agosto de 1972, (posteriormente passou a ser denominada de Fundação Santa Cruz). A FESPI - Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna, criada em 1974, congregou os cursos superiores de

¹ Professor Adjunto "B" na disciplina Teorias da História na UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz. Doutor em História Social pela PUCSP. contato: lhsblume@uesc.br. Agradeço a colaboração da ex-bolsista de Iniciação ao Ensino, Maíza Ferreira dos Santos, na pesquisa com o periódico Diário da Tarde e na catalogação de informações do Projeto Brasil Nunca Mais e na preparação do roteiro e da entrevista com seu tio, Antônio Calasans dos Santos.

Filosofia, Direito e Economia. [MIDDLEJ: 2004, p.142]

Os cursos foram criados por associações de caráter comunitário. Assim, o curso de Direito foi autorizado em 19.05.1960 e iniciou suas atividades em 20.01.1960, teve como mantenedora a Sociedade Sul-Bahiano de Cultura, "entidade especialmente criada para instruir, manter, dirigir ou congregar os Institutos que hão de integrar a futura Universidade Católica do Sul da Bahia" [MIDDLEJ: 2004, p.142-3]. O curso de Filosofia esteve a cargo da Faculdade de Filosofia de Itabuna, autorizada em 05/10/60, iniciando suas atividades a partir de 02/01/1961. O curso de Economia, pela Faculdade de Ciências Econômicas de Itabuna (autorizada em 08/08/1970, iniciando suas atividades em 01/03/1967). [MIDDLEJ: idem]

Por motivos ainda desconhecidos, a Faculdade de Sociologia e Política de Ilhéus teve curta duração. Entre os preparativos para a sua criação, 1963, e o fechamento, em 1974, temos poucas informações, sendo esquecida até pela memória institucional da UESC. O Curso de Sociologia foi criado por professores que já atuavam na Faculdade de Direito de Ilhéus, entre estes, Soane Nazaré de Andrade e Francolino Neto. A manutenção também esteve sob a responsabilidade da mesma fundação, criada em 1963, com o seu primeiro vestibular realizado em março de 1964 [MIDDLEJ: 2004: p.143].

Não há evidências desta faculdade na constituição da FESPI, mantidas pela FUSC – Fundação Universidade de Santa Cruz, que, através de decreto do ex-governador Waldir Pires (PMDB), foi estadualizada, sendo o termo de convênio assinado pelo ex-governador Antônio Carlos Magalhães em 1991 com o nome atual, UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz.

Há pelo menos duas versões para o fechamento da Faculdade de Sociologia e Política de Ilhéus. Conforme Midlej [2004: p. 148]:

"Quanto à Faculdade de Sociologia e Política de Ilhéus, criada em 1963, com a primeira turma iniciando as atividades em 1964, enfrentou problemas ideológicos com a implantação do regime militar naquele ano, dificultando-lhe sua curta atuação de cerca de dez anos, período em que não conseguiu autorização para funcionamento."

Conforme depoimento do ex-aluno Evilásio Teixeira Cardoso, além da dificuldade da desconfiança do regime, havia ainda a dificuldade na própria concepção do curso, pois seguia o modelo da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, que em sua origem era mantida pela norte-americana Fundação Ford. Neste, apresentava um currículo de Sociologia pura, diferente dos demais cursos superiores de Ciências Sociais, e a formação de Sociólogo não era reconhecida até 1980. O terceiro diretor da faculdade, Ramagem Badaró ainda tentou uma

mudança na habilitação de Sociologia para Ciências Sociais e alterar a faculdade para Administração, com dois cursos superiores, Ciências Sociais e Administração, mas sem sucesso. Isto fez com que as tentativas de manter o curso foram aos poucos vencidas pelos embaraços e dificuldades administrativas, sendo finalmente fechada a Faculdade de Sociologia e Política de Ilhéus em 1974, segundo os relatos de Cardoso e do professor e criador da Faculdade, Soane Nazaré de Andrade [MIDDLEJ, 2004: p. 148].

Este episódio de “apagamento da memória” do curso de Sociologia na formação inicial da UESC nos faz questionar os motivos desse “esquecimento”, sabendo-se que entre alguns dos criadores do curso temos apoiadores de primeira hora do golpe que depôs o presidente eleito, João Goulart.

Esta comunicação apresentará, portanto, alguns questionamentos iniciais, mas que indicam uma presença muito forte dos militares na região e que tiveram o apoio de entidades civis e de personalidades políticas importantes, inclusive na formação da futura UESC. Os resultados, ainda que parciais, podem suscitar outras referências que possibilitam questionar o mito da inexistência de uma repressão mais direta e incisiva dos governos militares na região, e trazer à discussão a presença de sujeitos políticos que apoiaram o golpe nos seus primeiros dias.

De outra forma, existem narrativas que evidenciam a tentativa de constituição de focos guerrilheiros junto aos trabalhadores rurais, num trabalho político clandestino. Passados mais de 50 anos do golpe civil-militar de 1964, estes sujeitos, ainda que derrotados, reafirmam em suas narrativas a legitimidade das formas de resistência à implantação da ditadura que tentaram construir. Trata-se de pensar que as memórias estão em disputa e, portanto, é possível encontrar outras perspectivas políticas que reivindiquem outro papel para a região.

Dessa maneira, entendemos que existe um problema de início. É preciso questionar se as memórias hegemônicas em torno da inexistência da repressão ou da resistência no período da ditadura civil-militar de 1964-1985 na região de Ilhéus-Itabuna não fazem parte de um silenciamento de muitas memórias de outros sujeitos sociais que resistiram à ditadura. Entendemos que a memória encontra-se em disputa [THOMSON: 2012], quando memórias hegemônicas negam ou desqualificam outras memórias que buscam questionar papéis históricos predefinidos ou mesmo querem refazer e questionar sentidos históricos dominantes

que reforçam a visão de mundo de classes dominantes e vencedoras de projetos políticos autoritários.

Alessandro Portelli [2006] afirma existir uma “zona cinzenta”, imediatamente após o período da libertação do nazifascismo na Itália, em que não se tinha clareza sobre quem ou quais interesses estavam ligados ao antigo regime, visto que os partidários e apoiadores de Mussolini buscavam refugiar-se e não ser identificados pelos portadores da nova ordem, vencidos de ontem, vencedores de hoje.

Poderíamos falar de uma “zona cinzenta”, em que a participação e colaboração de sujeitos ficaram obscurecidas após a transição conservadora da ditadura civil-militar até as eleições livres e diretas para presidente da República em 1989? Esta “zona cinzenta” seria responsável pelo silenciamento de outras memórias de resistência e de colaboracionismo com o regime nos anos da ditadura civil-militar de 1964-1985 em Ilhéus-Itabuna? Talvez este sentido seja ainda muito pouco claro, mas é preciso investigar nas fontes históricas e perguntar se realmente “a ditadura não passou por aqui”, conforme afirmou a palestrante em reunião citada.

Ademais, é preciso retomar uma discussão em torno da memória vencedora no processo de transição dos governos militares até a redemocratização, com o reestabelecimento das eleições gerais e para presidente da República, em 1989.

A historiografia brasileira também tem sido um espaço de lutas por versões e memórias que revelam mais do que perspectivas historiográficas, mas posições políticas de releituras sobre a ditadura civil-militar.

Tratando do que denomina historiografia revisionista, Demian Bezerra de Melo afirma que alguns autores, nos 40 anos do golpe de Estado, retomam a versão que foi bastante discutida durante o período da ditadura, de que Jango daria um golpe de Estado, impedindo as eleições gerais de 1965 e transformaria o país numa “república sindicalista”. Além disso, esses autores produziram uma nova perspectiva historiográfica, considerada “revisionista” pelo autor.

Conforme Melo, a nova interpretação sobre o golpe se resumiria nas teses de que: “esquerda e direita foram igualmente responsáveis”, reafirmando a ideia de que do lado da “esquerda”, Jango estaria conspirando com o PCB e os sindicatos para dar um golpe de Estado e, do outro lado, os militares e os civis, e, principalmente, de que a resistência à ditadura não passou de um mito criado pelas próprias esquerdas que, adeptas da ação armada ou não, foram

massacradas pelos órgãos de repressão da ditadura. [MELO: 2014, p.158]

Reforçando a tese de que Jango pretendia alterar a Constituição para possibilitar disputar a reeleição e de que a sua queda deveu-se ao caráter “populista” e “radicalizado”, após o Comício da Central do Brasil, em que anuncia as reformas de base, uma historiografia que se autointitula “nova” traz elementos que reforçam a manipulação das massas pelo governo populista e um caráter originalmente autoritário e que desprezaria a democracia liberal-representativa pelas esquerdas que atuavam no período. Autores que tornaram-se referências enquanto expoentes dessa “nova” interpretação historiográfica da ditadura (FERREIRA&REIS, 2007), GASPARI (2014), FICO (2004), reforçam o caráter demagógico e populista do governo Jango, introduzem sob o termo ditadura “civil”-militar um apoio das massas ao golpe e posteriormente ao regime, sem aplicar uma análise mais complexa de que o golpe foi preparado pelos representantes dos interesses do imperialismo norteamericano, na constituição do IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e do IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática. Estes institutos, foram criados para construir uma propaganda anticomunista e de valorização do ideal liberal e na cooperação norteamericana.

A participação do embaixador Lincoln Gordon nos preparativos do golpe foi extremamente ativa, com a operação “Brother Sam”, que disponibilizou recursos financeiros para a campanha eleitoral de 1960, denunciada inclusive pelo ex-deputado e um dos desaparecidos, Rubens Paiva, na Comissão Parlamentar de Inquérito IPES-IBAD.

Dessa forma, ao incluir o termo “civil” à ditadura militar, estes autores promovem uma inversão da perspectiva histórica pós-64. Ao invés de indicarem as articulações de setores da sociedade civil, estes autores promovem um descrédito da legitimidade do governo Jango e dos setores que o apoiavam. Em outro sentido, corroboram para a visão de que os setores que apoiaram e/ou participaram ativamente do golpe o fizeram com receio do possível golpe (plano “Cohem”) que Jango iria promover.

Neste sentido, esta historiografia reforça a participação e o apoio de grupos e setores da sociedade civil ao golpe, tais como a CNBB, representante da hierarquia da Igreja Católica no Brasil e os setores laicos conservadores, tais como a “Legião de Maria”, Círculos Operários, e setores do empresariado nacional - grupos Camargo Correa, Mendes Júnior, Odebrecht, Gerdau, Votorantim, associados às empresas multinacionais, a grande imprensa, controlada desde

sempre por grupos empresariais familiares conservadores da imprensa - Organizações Globo, Grupo Bandeirantes, Diários Associados, e os partidos políticos com representação no Congresso Nacional, especialmente a UDN e o PSD, e as lideranças que apoiaram o golpe na primeira hora: Carlos Lacerda, Juscelino Kubistchek, Ulisses Guimarães, Magalhães Pinto, sendo que alguns construíram uma imagem posterior de “pais da democracia”. (MELO: 2014, p. 168)

O caráter “demagógico” de Jango e sua guinada à esquerda são apontadas por FERREIRA (2007, p. 526-528) como elementos para o isolamento político e a queda de Goulart. Os gestos públicos e as poucas ações efetivamente realizadas, entre elas o anúncio das “reformas de base” e a radicalização de Brizola, na constituição da Frente de Mobilização Popular - FMP, exigindo uma reforma agrária que não indenizasse os latifundiários em pagamento em dinheiro com valor de mercado, as críticas ao congresso, a radicalização do discurso de Jango no comício das “reformas de base”, continuam a reproduzir uma imagem de um presidente populista, demagogo, que isolou-se politicamente de um “centro político”, adotando uma perspectiva de radicalização e, por estes motivos, foi deposto, sem protestos populares.

Em termos de produção de uma memória do ex-presidente Jango e de Brizola, certa historiografia ainda reitera as imagens de governos “populistas”, reforçando conceitos que deslegitimam opções políticas de ruptura radical da sociedade. Por outro lado, temos ainda a produção de memórias que são barradas enquanto uma perspectiva de ruptura com um pacto estabelecido entre os setores militares e políticos na “transição negociada” do regime da ditadura para a democracia.

Teles (2018) afirma que esta memória criou uma “ficção da reconciliação”, construída “sob o silêncio do pacto pela democratização em oposição aos corpos desaparecidos, assassinados e torturados”, reforçando a “teoria dos dois demônios”, “(...) ora mobilizando um aspecto, o da lembrança, ora outro, o do esquecimento, se constrói o silêncio sobre o passado, com a ausência dos movimentos sociais”. [TELES: 2018, p. 29]

Tratando das memórias em disputa, é preciso situar um embate de memórias *no presente* e memórias *do presente*. Conforme a professora da PUCSP, Maria do Rosário da Cunha Peixoto afirmou em mini-curso na UESC: “quando me refiro à **memória no presente**, quero ressaltar as disputas que, **no presente**, envolvem a retomada e a releitura de acontecimentos do passado, a partir das razões do presente” [PEIXOTO: 2012].

Dessa forma, também entendemos que as memórias sobre a ditadura encontram-se no embate entre *memórias hegemônicas* e *memórias dissidentes*, e é preciso problematizar de que forma se deram e continuam acontecendo os processos de constituição desses campos antagônicos de memória, e como revelam projetos históricos que foram vencidos e outros que continuam exercendo uma forma de poder sobre a sociedade.

É preciso se perguntar, então, nesse embate de memórias e projetos históricos de classe, quais projetos estavam sendo gestados antes do golpe? Como foram derrotados e colocados no esquecimento? Trata-se de buscar *muitas memórias* e *outras histórias*, fazendo da luta pelo reconhecimento de utopias e projetos silenciados pela memória hegemônica e desconhecidos da memória histórica [PEIXOTO: 2012]. Somente buscando nas fontes históricas é que poderemos nos perguntar se existiram outros projetos políticos que não aceitaram o projeto da burguesia em aliança com os militares na condução do golpe e instalação de uma ditadura que ceifou outros projetos políticos, com base na construção de cidadania e democracia no país. Sabemos que existiram alguns núcleos de resistência à ditadura em Ilhéus-Itabuna, e através do GT Comissão da Memória e da Verdade da ADUSC pude ter contato com ex-militantes que lutaram contra a ditadura na região, colocando por terra o mito da não resistência e passividade dos trabalhadores e da população de Ilhéus e Itabuna.

É necessário também fugir à mitificação do heroísmo juvenil da resistência à ditadura. A partir de algumas conversas com ex-estudantes da antiga Faculdade de Filosofia de Itabuna, entre os quais um tornou-se professor reconhecido da UESC, o mito do “jovem revolucionário estudantil”, se é que poderia ter existido, logo revelou-se frágil. Conforme narrou o ex-estudante do curso de Letras, da FAFI - Faculdade de Filosofia de Itabuna, e professor aposentado Rui Póvoas: “*a sensação que eu tenho hoje, olhando na distância, é isto, nos deixaram em paz. Logo no começo futucaram, futucaram, não viram nada, não viram alguma coisa grave, a não ser em Ilhéus, nos deixaram em paz*” [PÓVOAS, 2014].

Essa narrativa em parte corrobora com a memória dominante de que não houve resistência e nem mesmo uma ação mais incisiva dos governos militares que alterassem a ordem política na região. Porém, na mesma direção, Rui deixa escapar que em Ilhéus, sim, haveriam motivos para que as autoridades militares tivessem uma atenção redobrada. Ele cita nesta mesma conversa o episódio da cassação do mandato do prefeito Nerival Rosa Barros, eleito

para o período 1967-1970, mas que foi cassado um ano após assumir o mandato, sendo incluído na lista de políticos cassados com a promulgação do Ato Institucional n.o 5, em 1968.

Certas leituras produzidas no período do final da ditadura serviram para consolidar uma visão de que a resistência à ditadura aconteceu em alguns centros universitários e com a presença de uma classe média pequeno-burguesa, e a classe trabalhadora não teria feito parte da resistência. Estas concepções devem muito à chamada “literatura de resistência”, principalmente de Sirkis e Gabeira, que

"contribuiriam para a mitificação da figura do ex-guerrilheiro, por vezes tido como um ingênuo, romântico ou tresloucado, diluído no contexto cultural de rebeldia típico dos anos 60, algo que não condiz com as efetivas motivações da assim chamada "luta armada" – expressão que, diga-se, traduz mal as descontinuas e incertas iniciativas militares da esquerda brasileira de então (...)." [FICO: 2004, p.32].

Para nossa reflexão, não se trata de buscar qual seria então a “verdadeira” imagem dos estudantes universitários e das organizações de esquerda revolucionária, mas de perceber que podem existir outras memórias “não-heróicas”, fugindo também às memórias hegemônicas de grupos de esquerda que lutaram contra a ditadura e consolidaram memórias sobre si e sobre seus agrupamentos ao longo do período da ditadura, construindo identidades coletivas que fazem parte da avaliação crítica daqueles que não aceitaram a imposição do regime e lutaram pela democracia e também pela revolução socialista.

Devemos buscar as formas instituintes da memória histórica, perceber nesse jogo quais memórias podem revelar outros sujeitos no processo de construção e disputa pela memória e pelo esquecimento. Hoje podemos aproveitar os debates em torno da efeméride “50 anos de 1968” para questionar também uma outra memória que consolida a disputa e o projeto de poder de uma parte da esquerda que ocupou governos e esteve por 12 anos na presidência da República, representados especialmente pelo PT e PC do B. Nessa disputa por memórias hegemônicas, um grupo que lutou contra a ditadura e esteve no poder busca construir uma narrativa heróica que legitime a luta política no atual processo político que vem desde a redemocratização, ainda na ditadura civil-militar.

Além disso, é preciso nos perguntarmos: porque a Anistia, promulgada ainda na ditadura, tem sido entendida como esquecimento? Porque este sentimento de impunidade em relação aos crimes cometidos por membros das forças armadas e por elementos civis ainda não

foram julgados, ou sequer revistos? A ditadura civil-militar instalada em 1964-1985 teve ou não apoio popular?

A Comissão Nacional da Verdade e Reparação, instalada por decreto pela ex-presa política e presidente da República, Dilma Rousseff, foi mais uma vez, uma “costura política” que envolveu todos os partidos, de espectros ideológicos representados no Congresso Nacional, à direita – DEM, à esquerda – PSOL. Porém, os resultados finais, publicados em relatório em dezembro de 2014, pouco trouxeram de novidades. Para se ter uma ideia, o relatório final da CNV cita, para o caso da Bahia, a ocorrência de prisões e centros de tortura em Salvador, uma prisão em Vitória da Conquista e um centro clandestino de presos políticos em Porto Seguro.

Em conversas com antigos estudantes da Faculdade de Filosofia de Itabuna – FAFI, os ex-alunos, que se tornaram professores da FESPI e posteriormente da UESC, afirmam terem “conhecimento” de algumas perseguições e prisões, mas o único caso público conhecido é o da prisão do professor Flávio Simões. Este parece ser o caso “símbolo” das perseguições aos adversários políticos daqueles que assumiram o poder local. Os próprios ex-alunos afirmaram que Flávio Simões não era comunista, mas um democrata. Os relatos informam ainda, de uma prisão que funcionou no Farol do Morro do Pernambuco, em Ilhéus. Esta prisão não está registrada nos processos abertos pelos militares locais, localizados no Projeto Brasil Nunca Mais, nem no relatório final da CNV, publicados em dezembro de 2014.

Porém, nos perguntamos: se existiu uma prisão clandestina, pois não está registrada, esta prisão funcionou somente para abrigar um único preso político? Esta questão necessita de uma pesquisa com ex-presos políticos que poderiam trazer outros elementos, indicar pessoas que também estiveram presos na prisão do Farol do Morro do Pernambuco, na zona sul da cidade de Ilhéus. Infelizmente, o professor Flávio Simões já é falecido, e não pode nos dar mais informações. Mas há outras pessoas que também estiveram presas nesta prisão clandestina, e estamos em contato para futuras entrevistas que possam nos esclarecer este episódio da presença da ditadura civil-militar em Ilhéus.

"Satanaz já não prega Quaresma no Brasil":

Gostaríamos de tratar, agora, da presença e do apoio ao golpe em Ilhéus. Algumas figuras e sujeitos políticos foram importantes para a consolidação do golpe na região. Alguns vereadores mantinham relações cordiais com o então presidente João Goulart, ao ponto da

Câmara conceder-lhe o título de “cidadão ilheense”, em 1963. Logo em seguida ao golpe, este título, que não foi sequer entregue, foi cassado, sendo retomada a discussão na Câmara Municipal em 1966, concedendo-lhe o título, que jamais foi entregue, pois Jango encontrava-se em exílio no Uruguai.

Em janeiro de 1964 o embaixador norte-americano Lincoln Gordon visitou a região, numa ação que fez parte da preparação ao golpe, com a política da Aliança para o Progresso, que além de visitar autoridades, também promovia ações sociais, tais como a distribuição de roupas, alimentos e remédios à população mais pobre. Esta visita foi organizada pelo presidente do Instituto do Cacau da Bahia, Antônio Vianna, com o objetivo de mostrar a riqueza com a produção do cacau e as possibilidades de investimento econômico na região. Temos informações de que estas ações acabaram por promover a eleição, em 1966, da vereadora mais jovem do Brasil, Ida Viana Rego, que tornou-se uma voz crítica ao regime².

Este clima político na cidade de Ilhéus às vésperas do golpe nos indicam como parte da sociedade estava dividida, entre o apoio às reformas e ações do presidente João Goulart e a tentativa de aproximação com o governo e as políticas norte-americanas para a América Latina [SANTOS: 2018, p.11].

Nos dias seguintes ao golpe de estado que depôs o presidente João Goulart, no jornal *Diário da Tarde*, de Ilhéus, o colunista Soane Nazaré de Andrade publicou na sua coluna o artigo “A tarefa da Revolução”:

“Já não há relevância na discussão histórica dos motivos da revolução triunfante, porque é preciso agora unir todas as forças efetivamente democráticas para a construção de um Brasil maior. [...] O ex-presidente Goulart não tomou por acaso. Caiu ferido porque foi flagrado atentando contra a Constituição, que é legítimo pretender reformas, mas é criminoso pretender destruir. [...] É hora para provar à Nação que a demagogia dos que monopolizavam o poder estava impedindo que o Brasil encontrasse os seus destinos gloriosos. E que Satanaz já não prega Quaresma no Brasil.”(Diário da Tarde – 03 de Abril de 1964)

Portanto, um aliado de primeira hora, o professor de Direito da Faculdade de Direito de Ilhéus reitera a tese de que o golpe civil-militar foi um ato “democrático”, repetindo a tese de que Goulart tivesse atentado contra a Constituição, ao anunciar a Reforma Agrária e outras

² Jornal Diário da Tarde - 04 de Janeiro de 1964.

ações que foram promulgadas após o comício das reformas de base, em 13 de março, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro.

Como podemos perceber, o apoio ao golpe em Ilhéus utilizou-se dos mesmos argumentos utilizados pelos golpistas em todo o país. Aliás, o golpe de Estado autointitulou-se “revolucionário”, confundindo as cabeças dos brasileiros durante 21 anos. Talvez seja por isso que tenhamos dificuldades em promover uma justiça de transição, como alguns países do Cone Sul o fizeram.

Gostaria de destacar que o professor Soane Nazaré era uma figura importante no cenário local. Articulista do principal jornal da cidade, tornou-se diretor da Faculdade Católica de Direito de Ilhéus, o primeiro diretor-geral da FESPI - Federação das Escolas Superiores de Ilhéus-Itabuna em 1974. Esta federação de escolas era administrada por uma fundação municipal de Itabuna, FUSC- Fundação Universidade de Santa Cruz, que recebia verbas da CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, tornando-se reitor da Universidade de Santa Cruz (1984-1987), e atualmente dá o nome ao campus da UESC, apesar de ainda estar vivo. Portanto, a participação de elementos civis no apoio ao golpe instaurado contra o presidente Jango também teve representantes dos setores intelectuais na cidade.

Em outra direção, existem outras memórias sobre a participação de pessoas da região na resistência à ditadura civil-militar. A própria atuação da vereadora Ida Viana Rego foi destacada, inclusive nacionalmente, por ter sido indicada como a vereadora mais jovem do Brasil e fazer pronunciamentos críticos em relação às políticas adotadas no Brasil.

Conforme Santos (2018: p. 43-45), o primeiro pronunciamento da vereadora foi uma dura crítica ao regime, causando incômodo e reações:

[...] Eu sei que, nesta minha cidade, nesta querida Ilhéus, muitos me chamaram de subversiva pelos princípios que defendi na campanha, pelas teses que levantei. Tenho hoje a alegria de responder-lhes que, sinto muito, mas subversivo é o Papa, subversiva é a Igreja, subversivo é D. Helder, subversivos são Dom Marcos de Santo André, Dom Avelar do Piauí, Dom Távora de Aracajú, Dom Eugênio Sales de Salvador. (Diário da Tarde – 10 de Abril de 1967).

Como resposta, o bispo diocesano, D. Caetano foi à rádio e fez a leitura de uma nota de esclarecimento:

[...] Mãos a consciência! Por qual motivo sois acusados de subversivos? Será somente porque defendeis os pobres, os sofredores, porque gritais contra as injustiças que

devastam a terra? Então, tôda a Igreja poderia ser acusada de subversiva, o próprio Evangelho.

Mas, se sois acusados de subversivos, porque sois semeadores de ódio e de cizânia; se sois acusados, porque não respeitar as autoridades; se sois acusados porque procurais levar o país aos caos, à anarquia, a uma série de greves consecutivas para depois estabelecerdes o comunismo, o colonialismo sob o guante de Moscou, de Pequim ou de Cuba para suprimirdes a liberdade, a propriedade legítima, o direito de educar dos pais, o culto livre ao criador. [...] (Diário da Tarde – 11 de abril de 1967).

Por outras memórias, construindo muitas Histórias:

Nossa perspectiva começou a mudar, quando encontramos no Projeto Brasil Nunca Mais o IPM 199, que trata da prisão e do desmantelamento de pessoas que faziam parte de um núcleo do Partido Comunista do Brasil que atuou na região e buscou construir um foco de guerrilha rural. Entre os processados, tivemos a grata surpresa de nos deparar com um familiar da estudante de História e ex-bolsista do projeto de Iniciação ao Ensino, que participou comigo durante 4 anos do projeto de Iniciação ao Ensino *Laboratório de História Oral: ensino e pesquisa com fontes orais*, que procurou buscar novas fontes históricas para o ensino de História, partindo de narrativas orais, buscando trazer outras memórias sobre a ditadura civil-militar na região, numa perspectiva de possibilitar outras perspectivas de História e ensino de História.

O sr. Antonio Calazans dos Santos, tio de Maíza Ferreira dos Santos, foi um dos presos relacionados ao Inquérito Policial Militar 199, que está digitalizado e disponibilizado na rede de computadores através do **Projeto Brasil Nunca Mais**. Aliando sua narrativa de uma pessoa que participou diretamente na tentativa de opor-se através de armas à ditadura, temos então uma rica experiência para questionar o mito da passividade e da ausência de uma ação político-militar de resistência.

Antonio nos contou que sua participação política iniciou-se aos 16 anos, quando ainda era estudante secundarista, na organização de uma passeata contra o assassinato do estudante do Rio de Janeiro, Edson Luís, e na passeata em apoio e solidariedade aos estudantes de Salvador (junho 1968), na criação de um Boletim Estudantil e na participação e fundação da AGEI - Associação Geral dos Estudantes de Ilhéus, que rivalizava com a AESMI - Associação de Estudantes Médios de Ilhéus. Esta entidade estudantil era composta em sua maioria pelos estudantes vinculados ao Instituto Nossa Senhora da Piedade, escola confessional ligada à

Irmandade Religiosa Católica das Irmãs Ursulinas. A presença dessas duas entidades estudantis e os atos de apoio e crítica à ditadura evidenciam que as passeatas e a participação estudantil não ficaram restritas à capital, Salvador [SILVA: 2006, apud: SANTOS: 2018, p.20].³

Segundo Antônio Calasans ⁴:

[...] fundamos a organização estudantil aqui, o AGEI (Associação Geral de estudantes de Ilhéus). Nós fundamos, criamos um jornal, criamos um programa na emissora de rádio, onde falávamos sobre a questão do campesinato no Brasil. [...] O certo é que esse pessoal junto comigo, nós criamos um movimento aqui de combate à ditadura e chegou no seu auge quando aconteceu aqueles crimes do *Calabouço* lá no Rio de Janeiro, onde foi assassinado o estudante Edson Luís. E nesse dia, nos dias seguintes nós fizemos um movimento grandioso. Foi o único movimento estudantil que aconteceu em Ilhéus foi quando nós fizemos esse movimento, organizamos e dirigimos esse movimento. [...] Quando ganhamos às ruas, as faixas que indicavam eram, uma delas diziam assim, o lema da ditadura: *Ouro pros americanos, prata pros militares e chumbo pra quem não gostar*. Então isso nos rendeu uma perseguição muito forte. [...] passaram recado dizendo que o comandante militar da área não ia permitir nenhuma ofensa às forças armadas, qualquer coisa eles iam intervir violentamente. (Ilhéus, 28 de outubro de 2015).

As narrativas de sr. Antonio nos trazem outras dimensões da luta política em Ilhéus, que nunca foram expostas publicamente. Apenas no círculo familiar mais restrito, junto ao irmão mais novo e pai de Maíza é que sr. Antonio, ou “Tonho”, como prefere ser chamado, ele traz sua experiência de quando tentou organizar um foco guerrilheiro vinculado ao Partido Comunista do Brasil na região.

Conforme Santos (2018: p. 38), por volta de 1967 o partido iniciou a sua articulação na região sul da Bahia, recrutando trabalhadores do campo e estudantes e infiltraram na região militantes de outros estados para a consolidação de grupos de apoio à formação de núcleos do partido, com o objetivo de formar um grupo de guerrilha rural. Seu "Tonho" nos relata que:

[...] o partido deu uma palavra de ordem você tem que cumprir em benefício da revolução. [...] Você se engajou na luta contra a ditadura militar que envolvia uma luta política, uma luta social e uma luta armada. Envolvia as três questões, uma luta social, uma luta política e uma luta armada! Tudo junto. [...] Quando eu saí daqui [da cidade de Ilhéus] o partido disse: você vai pro campo. (Ilhéus, 28 de outubro de 2015).

³ Apud: SANTOS, Maíza Ferreira dos. Essa informação pode ser obtida em: SANTOS, Jeane da Silva. Mobilização Estudantil e Ditadura Militar na Região Ilhéus – Itabuna (1964 – 1969). Monografia de conclusão de curso. Ilhéus, UESC, 2006. Disponível no acervo do Centro de Documentação e Memória Regional da UESC.

⁴ Antônio Calasans dos Santos foi militante do Partido Comunista do Brasil – PCdoB – durante o final da década de sessenta e nos anos setenta. A entrevista foi realizada no dia 28 de outubro de 2015 na Universidade Estadual de Santa Cruz. Essa entrevista faz parte do conjunto de atividades realizadas pelo projeto ensino *Memórias da ditadura civil-militar de 1964-1985 em Ilhéus/Itabuna: imprensa e fontes orais no ensino e na pesquisa em História*.

A narrativa de seu “Tonho”, nos traz a presença do partido na construção de novos focos de guerrilha rural, além da já conhecida ação da guerrilha do Araguaia. Esta informação contesta a ideia já presente na memória consolidada pelo PC do B e também adotada por grande parte da historiografia, de que a Bahia seria uma área de “recuo”, quando os militantes estariam “queimados” em outras cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, seriam transferidos para a Bahia ou regiões do interior para que não fossem reconhecidos pelos aparelhos de repressão. [SOUZA: 2009, p. 128]

Sua narrativa revelou-se muito importante para trazer outras perspectivas políticas e históricas na região. Seu “Tonho” nos traz uma dimensão importante para os militantes da época, que ele demonstra ao tratar a abnegação e o compromisso dos militantes que optaram por assumir a luta guerrilheira contra a ditadura e pela construção de uma sociedade comunista.

Além do núcleo do PC do B, os militantes também tinham contatos com outra organização que lutava contra a ditadura, a Ação Popular - AP.

[...] havia algumas ações coordenadas entre nós, não digamos assim, substantivas, né? Mas ocorreu uma ação aí armada que nós invadimos uma delegacia de polícia e foi a única ação digamos assim objetiva que aconteceu [...]. (Antônio Calasans, 28 de Outubro de 2015).

Essas narrativas de seu Antônio são do período de 1970/1972, marcado pela articulação e queda da guerrilha do Araguaia em 1974, considerada a ação política-militar que teve maior repercussão e tornou-se uma referência da resistência política coordenada pelo Partido Comunista do Brasil, até o massacre da Casa da Lapa (1976), que dizimou parte do comitê central do partido.

Dessa forma, pretendemos apresentar nesta comunicação elementos que esboçam uma pesquisa mais ampla, para dar continuidade à escuta de vozes silenciadas na memória hegemônica sobre a ditadura civil-militar em Ilhéus e região. Muito ainda há de ser trabalhado, mas nossa hipótese inicial, de que existem outras memórias que possam trazer novas perspectivas históricas para a memória e história local têm plena condição de serem abordadas, com o compromisso crítico de não repetir clichês políticos de uma dualidade maniqueísta de cooperação X resistência, mas de pensar em como se construíram memórias bifrontes de

avaliação do período.

REFERÊNCIAS

Fontes impressas:

Jornal **Diário da Tarde**. Ilhéus, 04.01.1964.

Jornal **Diário da Tarde**. Ilhéus, 03.04.1964.

Formato eletrônico:

Processo 119 do Projeto Brasil Nunca Mais – encontrado em: <http://bnm-acervo.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_02&PagFis=138388&Pesq=>.
Acessado em: 12 de agosto de 2017 às 09h: 31 min.

Orais:

Palestra:

PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Outras histórias e outras memórias**. Ilhéus, 12.11.2013. Áudio gravado da palestra no Seminário do Laboratório de História Oral: ensino e pesquisa com fontes orais. UESC. Gravado em áudio wav. 60’.

Entrevistas

PÓVOAS, Rui do Carmo. Entrevista realizada em 13.08.2014, Itabuna-BA. Entrevistadores: Luiz Henrique dos Santos Blume e Paulo Rodrigues dos Santos. 712 MB. Áudio waveform.

SANTOS, Antônio Calasans dos. Entrevista realizada em 28.10.2015, no Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz. Entrevistadores: Luiz Henrique dos Santos Blume, Maíza Ferreira dos Santos e Marcelo Lins. Conteúdo do Projeto *Memórias da ditadura civil-militar de 1964-1985 em Ilhéus/Itabuna: imprensa e fontes orais no ensino e na pesquisa em História*.

Bibliografia:

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003&lng=en&nrm=iso>. access on 16 Apr. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882004000100003>.

MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 64 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. __In: **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo** (org.). p. 157-188. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2014.

MIDDLEJ, Moema Maria Badaró Cartibani. **Universidade e Região: territorialidade da Universidade Estadual de Santa Cruz. Doutorado (Tese).** Salvador: Programa de Pós-Graduação em Educação-FACED/UFBA. 2004, 273 fl.

SANTOS, Maíza Ferreira dos. **Outras memórias e muitas histórias sobre a ditadura civil-miliar em Ilhéus (1964-1974).** Monografia. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2018, 64 fls.

SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. Bandeira vermelha: aspectos da resistência armada na Bahia. In: ZACHARIADES, Grimaldo. **Ditadura militar na Bahia.** Novos Olhares, Novos Objetos, Novos Horizontes. vol. 1. p. 127-150. Salvador: EDUFBA, 2009.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29.06.1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, J.; FERREIRA, M.M. (orgs.) **Usos e abusos da História Oral.** 8. ed. p. 103-130. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

TELES, Edson. **O abismo na História: ensaios sobre o Brasil em tempos de Comissão da Verdade.** São Paulo: Alameda Editorial, 2018, 141 fls.

THOMSON, Alistair. Quando a memória é um campo de batalha: envolvimento pessoais e políticos com o passado do exército nacional. **Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História.** São Paulo, v. 16, set. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11182>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

REIS FILHO, D. A. 2001. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In : FERREIRA, J. (org.). 2001. O populismo e sua história – debate e crítica. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira.

FERREIRA, Jorge. Entre a história e a memória: João Goular. In: FERREIRA, J.; REIS, D.A. (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical.** 1945-1964. vol. 2. p. 509-541. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007. (Coleção As esquerdas no Brasil)

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada.** As ilusões armadas. vol. 2 São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FICO, Carlos.